

RESPONSABILIDADE SOCIAL EM BIBLIOTECONOMIA: CAMINHOS HISTÓRICOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO

SOCIAL RESPONSIBILITY IN LIBRARIANSHIP: HISTORICAL WAY AND POSSIBILITIES IN TEACHING

Marielle Barros Moraes^a

RESUMO

Introdução: O artigo propõe realizar um levantamento bibliográfico sobre as diversas visões de responsabilidade social atribuídas ao bibliotecário no decorrer do século XX, momento em que o conceito passou a ser discutido no âmbito da American Library Association. Entende-se que essa discussão contribuiu para que se possa elaborar currículos de Biblioteconomia tendo como um de seus pilares a responsabilidade social. **Objetivo:** refletir acerca das contribuições das discussões da responsabilidade social no âmbito da American Library Association para o ensino de Biblioteconomia. **Metodologia:** Trata-se de um artigo de revisão, pautado em pesquisa exploratória-bibliográfica, tendo como fonte as referências bibliográficas encontradas em diversas bases de dados. **Resultados:** Descreve os diversos entendimentos acerca de responsabilidade social e apresenta os contornos que esse conceito foi tomando no âmbito da Biblioteconomia do início do século XX aos dias atuais. **Conclusões:** O conceito de responsabilidade social possui potencialidades para elaborar currículos de Biblioteconomia transformadores da realidade dos educandos, dos educadores e da comunidade na qual esse curso está inserido.

Descritores: Biblioteconomia. Responsabilidade Social. Ensino de Biblioteconomia.

1 INTRODUÇÃO

[...] atribuir a si mesmo responsabilidade pelo mundo é um ato ostensivamente irracional. A decisão de assumi-la, complementada pela responsabilidade por essa decisão e suas consequências, contudo, é a última chance de salvar a lógica do mundo da cegueira que ele sofre e das suas consequências homicidas e suicidas (BAUMAN, 2015, p. 98).

Acompanhando o curso de nossa civilização contemporânea,

^a Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: marielledemoraes@yahoo.com.br

constatamos que há distintas materializações da contradição fundante da história daquilo que se convencionou denominar de Responsabilidade Social. Nas últimas décadas do século XX e correr do século XXI, sob o signo da revolução técnico-científica essa contradição se acirra ainda mais, uma vez que a sociedade passou a cobrar cada vez mais atitudes socialmente responsáveis de empresas e de outras organizações. Diante desse fato, a temática da Responsabilidade Social vem sendo fruto de discussão desde as conversas mais singelas do cotidiano até as falas mais rebuscadas dos especialistas nas mais diversas áreas do conhecimento, dentre elas, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação.

O cenário contemporâneo é marcado por um uso intenso de Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC), as quais podem ser usadas e analisadas a partir de não apenas de usos responsáveis, quanto de usos irresponsáveis. Castells (1999) afirma que no período da Segunda Guerra Mundial, por volta dos anos 80, os recursos econômicos, ciência, tecnologia, maquinário avançado e capacidade intelectual do complexo militar-industrial soviético recebiam, juntamente com as forças armadas, de 15% a 20% de todo Produto Nacional Bruto (PNB) da União Soviética e se transformou num gigantesco repositório de Ciência e Tecnologia (C&T) desperdiçado; ou seja, recebeu os melhores talentos e equipamentos disponíveis, no entanto, voltou à economia civil apenas aparelhos elétricos e bens de consumo eletrônicos medíocres. Um dos motivos foi a questão da segurança, mas também por controle de informações que tornavam as empresas militares verdadeiros oligopólios de *know-how* industrial avançado. Uma das perguntas que Castells (1999) elabora é: “quem precisa de um *chip* projetado para resistir a uma explosão nuclear?” Assim, de um aparato que servia para explosão nuclear e destruir vidas e países, os *chips* passaram a fazer parte do cotidiano dos sujeitos, como por exemplo, nos cartões de crédito e débito que utilizamos para pagar nossas contas todos os dias; ou mesmo a implantação de *chips* de hormônios para acelerar os efeitos da musculação, incluindo até a implantação de *chips* subcutâneos a fim de garantir a segurança dos cidadãos, favorecendo a construção de uma sociedade da hipervigilância, etc.

Além das transformações nos nossos padrões de comunicação e de informação, também há os intensos deslocamentos de valores, de padrões, de referências, propiciados por uma maior rapidez dos fluxos de informação e da facilidade de acessá-los. Assim, fazem cada vez mais parte do nosso cotidiano fenômenos como mercado global, redes virtuais, clones, amores líquidos, riscos, financeirização da vida, ou seja, palavras do mercado financeiro se imbricando no mundo da vida. Os novos contextos de informação e de comunicação, ao mesmo tempo que nos dão a ideia da contração do tempo e do espaço, da quebra de fronteiras, também favorecem que fronteiras nacionais estejam cada vez mais protegidas; ou seja, são as dialéticas de inclusões/exclusões. Um exemplo é o da brecha digital, onde a exclusão não pode ser vista como algo geral, pois a forma como a própria sociedade contemporânea se organiza, favorece a criação de modelos precários de inclusão, tanto no que concerne ao social, quanto ao digital, ou, nas palavras de Warschauer (2006, p. 63-64), inclusão digital também é inclusão social. No entanto, conforme o autor, não basta o acesso aos computadores e às redes, pois “o que é mais importante a respeito da TIC não é tanto disponibilidade de equipamento de informática ou da rede de internet, mas sim a capacidade pessoal do usuário de *fazer uso* desse equipamento e dessa rede, envolvendo-se em *práticas sociais significativas*”. Essas questões estão relacionadas àquilo que autores a exemplo de Ashley (2000) vêm denominando de Responsabilidade Social, uma vez que o uso mais intenso das TIC trouxe diversas problemáticas relacionadas à qual a responsabilidade que instituições, profissionais e empresas possuem com a sociedade.

Diante desse cenário esboçado, a presente pesquisa buscou refletir acerca das contribuições das discussões da responsabilidade social para o ensino de Biblioteconomia. Para tanto, abordamos as vertentes de Responsabilidade Social presentes na história da American Library Association (ALA), apresentando os autores e a historicidade dessa área nos Estados Unidos, a fim de reconhecer a importância dessa disciplina no âmbito da formação dos bibliotecários no Brasil. Para a construção socio-crítica do referencial teórico deste artigo de revisão, realizamos a pesquisa exploratória-

bibliográfica na base de dados Jstor, bem como a Persée, além do acervo da Biblioteca Central do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense. Os termos utilizados de pesquisa foram: Responsabilidade; *Social Responsibility and Librarianship*; Responsabilidade Social em Biblioteconomia; Responsabilidade Social e *Responsabilité sociétale*. Em seguida, foram lidos todos os artigos e fichados, a fim de fazer relação entre os mesmos e perceber as especificidades da historicidade da responsabilidade e como esse conceito adentrou no âmbito da Biblioteconomia.

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL: UMA HISTÓRIA NÃO CONTADA?

2.1 CONCEITO DE RESPONSABILIDADE

A fim de iniciar nossa discussão sobre o significado de responsabilidade, vamos iniciar um diálogo com a Filosofia, por meio de Abagnano (2007, p. 855). Responsabilidade, *Responsibility*, *Responsabilité*, *Verantwortlichkeit*, *Responsabilidad* é a possibilidade de prever os efeitos do próprio comportamento e de corrigi-lo com base em tal previsão. Trata-se de um conceito recente, uma vez que no inglês e no francês aparecem em 1787, sendo que na língua inglesa, o termo e o conceito aparecem no artigo *Federalist*, de Alexandre Hamilton¹, conforme Mckeon, na *Revue Internationale de Philosophie*, no primeiro número de 1957 (MCKEON, 1957 *apud* ABAGNANO, 2007). Assim, o primeiro significado do termo responsabilidade foi de cunho político, tendo surgido em expressões como “governo responsável” ou “responsabilidade do governo”, a fim de expressar as indicativas do caráter do governo constitucional que age sob o controle dos cidadãos e em função desse controle. Em Filosofia, responsabilidade está ligada ao conceito de liberdade.

Na filosofia moral contemporânea, a expressão responsabilidade aparece como tema central no pensamento de diversos autores. Barretto (2013) afirma

¹ Alexander Hamilton nasceu em Charlestown- Estados Unidos no dia 11 de janeiro de 1755 e morreu em Nova Iorque, no dia 12 de julho de 1804. Foi o primeiro Secretário do Tesouro dos Estados Unidos e estabeleceu o Primeiro Banco dos Estados Unidos, exercendo influência no desenvolvimento das bases do capitalismo americano. Morreu em 1804, num duelo com o então vice-presidente Aaron Burr.

que outros autores do campo da Filosofia também se debruçaram sobre o conceito, a exemplo de Hart, que em 1970, no seu *Punishment and Responsibility*, analisa as raízes morais da punição e suas relações com a questão da responsabilidade. Outro autor que se debruçou sobre o conceito de responsabilidade foi Hans Jonas, na obra *Das Prinzip Verantwortung- Versuch einer Ethic für die Technologische Zivilisation*², publicada em 1979. Também citado por Barretto (2013) foi Ronald Dworkin que na obra *Law's Empire*, publicada em 1995, reflete sobre a responsabilidade coletiva e Jean-Marie Domenach na obra- *La Responsabilité*, publicada em 1994, situa o conceito de responsabilidade como o fundamento de uma nova civilidade. Vamos tecer um diálogo com Hans Jonas, uma vez que foi este autor quem consagrou o princípio da responsabilidade na Filosofia contemporânea.

Hans Jonas nasceu no ano de 1903, em Mönchenglandback, na Alemanha e possui origem judaica. No ano de 1921 frequentava as aulas de Martin Heidegger na Universidade de Freiburg. Heidegger, segundo Jonas, fora seu mentor intelectual e por esse motivo ele também analisava o entorno da civilização tecnológica. Quando Heidegger se transfere para a Universidade de Marburg, Jonas o acompanha e lá conhece Rudolf Bultmann- teólogo alemão, o qual se tornou seu orientador. Em 1934, Hans Jonas se vê obrigado a abandonar a Alemanha por causa da ascensão do nazismo ao poder. De acordo com Bingemer (2006), o terceiro grande momento da vida intelectual de Hans Jonas foi quando ele passou a buscar o alicerce de uma nova ética, uma ética da responsabilidade, publicada em 1979 na obra *O princípio da responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*.

Hans Jonas (2006) questiona se é mais razoável o sujeito preocupar-se consigo mesmo apenas, ou com a coletividade. Para ele, a responsabilidade está totalmente relacionada à alteridade, sem a qual seria impossível a vida em sociedade. O desenvolvimento das ciências e das tecnologias acarretaram deveres e obrigações inéditos às pessoas, como por exemplo, o dever dos pais

² Publicada originalmente na língua alemã em 1979, e em 1984 traduzida ao idioma inglês, a obra foi traduzida para a Língua Portuguesa como *O princípio da responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica* e publicada no Brasil no ano de 2006.

de vacinar os filhos e do Estado de garantir que todos os cidadãos sejam vacinados a fim de que determinados vírus não devastem a vida naquela sociedade, ou mesmo de forma mundial. Jonas (2006, p. 167) afirma que outra noção de responsabilidade é a que diz respeito à determinação do que se tem que fazer, uma virtude da qual eu me sinto responsável, em primeiro lugar- não por minha conduta e suas consequências, mas pelo objeto que reivindica meu agir, como por exemplo, o bem-estar de outros. E é aqui que Jonas diferencia dois tipos de responsabilidade, a saber: a *responsabilidade formal*- que cada ator tem pelo seu ato e a *ética da responsabilidade futura*- aquela que cada indivíduo tem pelo que se faz, uma responsabilidade determinada para fins.

Assim, todo o mundo que o homem vive é da responsabilidade do homem, seja ele objeto ou uma pessoa. Para Jonas (2006), o agente deve responder por seus atos, uma vez que ele é responsável por suas consequências e responderá por elas e, e o agente deve reparar seus danos bastando para isso que ele tenha ele tenha sido a causa ativa. Portanto, para o autor, a responsabilidade não fixa fins, mas é a imposição do agir causal entre os homens, da qual se pode exigir uma prestação de contas. Desta feita, somos responsáveis pelo bem-estar dos outros. A ética da responsabilidade futura, da qual Jonas fala da sua necessidade, é aquela em que o objeto tem o direito de existir (e vive na insegurança de sua existência) e o dever do agir do sujeito a cuidar do objeto, esses dois unem-se no sentimento ativo de responsabilidade. É esta responsabilidade da qual fala Hans Jonas, e não aquela responsabilidade vazia, formal, onde o sujeito só se responsabiliza caso haja alguma punição dos seus atos irresponsáveis. No entanto, a irresponsabilidade só existe se existir a responsabilidade e só é irresponsável quem assumiu alguma responsabilidade.

A única responsabilidade que é natural é a dos pais sobre os filhos. Todas as outras responsabilidades são artificiais- ou seja, é instituída por atribuição e aceitação de uma tarefa. Assim, a responsabilidade é sempre uma relação de reciprocidade- sou responsável por alguém e sou responsabilidade de outros, por isso, todos os seres vivos são objeto de responsabilidade. A responsabilidade que cada indivíduo tem pela preservação da vida é o que Hans Jonas chama de ética da responsabilidade futura. E é a partir da discussão sobre

o conceito de responsabilidade e da responsabilidade que cada indivíduo possui pelo bem-estar dos outros seres vivos na Terra, que se nos apresenta o conceito de responsabilidade social e o de Responsabilidade Social em Biblioteconomia. Ou seja, quais as raízes do conceito de responsabilidade social?

2.2 POR UMA (OUTRA) HISTÓRIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

A discussão e a narrativa histórica acerca da temática da responsabilidade social em diversos autores, sobretudo no Brasil e na América Latina, possuem fios condutores em comum, como por exemplo, a de que a responsabilidade social era aceita como doutrina até o século XIX, momento em que o direito de conduzir negócios de forma corporativa era prerrogativa do Estado ou da Monarquia e não um interesse econômico privado. Ashley (2000) foi uma das primeiras autoras as quais tivemos contato nas pesquisas sobre Responsabilidade Social que estamos empreendendo desde 2011 e esta narra que somente em 1919, a questão da reponsabilidade social veio a público com o julgamento de Horace Dodge e Henry Ford, nos Estados Unidos.

O caso refere-se à competência de Ford (à época presidente e acionista majoritário da empresa) em tomar decisões que contrariavam os interesses dos acionistas John e Horace Dodge, uma vez que Ford, alegando objetivos sociais, decidiu não repartir os dividendos esperados com os acionistas, e reverteu-os para investimentos na capacidade de produção, aumento de salários e fundo de reserva para a redução esperada de receitas em função dos cortes dos preços dos carros. O caso foi parar na Suprema Corte de Michigan que foi favorável aos Dodges, pois segundo ela, a corporação existe para benefício dos seus acionistas. Portanto, para diversos autores, a exemplo de Ashley (2000), foi a partir desse caso que a Responsabilidade Social começou a ser discutida na academia e nas empresas, inicialmente nos Estados Unidos e, no final da década de 1960, na Europa, por autores como Bowen (1953) e outros. A obra de Bowen³ (1953) *Social Responsibilities of the Businessman* é considerada o

³ Howard Bowen nasceu em 1908 e morreu em 1989. Foi um economista estadunidense que se tornou presidente do Grinnell College (1955-1964), da Universidade de Iowa (1964-1969) e da Claremont Graduate University (1970-1971). Uma de suas obras que impulsionou o movimento

livro seminal da responsabilidade social corporativa e estipula que as empresas devem integrar sua dimensão social em sua estratégia organizacional. Nessa obra, Bowen (1953) afirma que as várias centenas de grandes organizações eram centros vitais de poder e de tomada de decisão e as ações das empresas influenciaram a vida dos cidadãos em vários quesitos e passou a se questionar sobre quais seriam as responsabilidades com a sociedade que se pode esperar que assumam as empresas. Para isso, o autor elaborou sua definição inicial de responsabilidade social empresarial, afirmando que são as obrigações dos homens de negócios em perseguir políticas responsáveis, tomar decisões nessa direção e possuir uma atuação alinhada aos desejos, objetivos e valores da sociedade na qual a empresa está inserida.

A abordagem da atuação social da empresa surgiu no início do século XX, com o filantropismo, seguido pelo esgotamento do modelo industrial e o desenvolvimento da sociedade pós-industrial. Foi, portanto, a partir dessas transformações sociais que foram desenvolvidos conceitos e práticas como filantropismo, voluntariado empresarial, cidadania corporativa, responsabilidade social corporativa e, por último, desenvolvimento sustentável. Assim, não há consenso na literatura acerca da abrangência desse conceito.

Outro autor do campo da Administração de Empresas é Tenório (2006), que divide as visões acerca da abrangência da responsabilidade social em dois momentos bem distintos. O primeiro período (primeiros anos do século XX a década de 1950)- corresponde a uma visão clássica da Responsabilidade Social, onde esta incorporava os princípios liberais- sendo o estado o responsável pelas ações sociais, promoção da concorrência e proteção da propriedade privada e as empresas tinham por papel maximizar os lucros, gerar empregos e pagar impostos. O segundo período (de 1950 aos dias atuais) é o que compreende a transição de uma sociedade industrial para uma de modelo pós-industrial, na qual se busca maior qualidade de vida, valorização do ser humano, respeito ao meio ambiente, bem como a valorização das ações sociais, tanto das empresas quanto dos indivíduos.

da responsabilidade social na academia intitulava-se "A responsabilidade social do empresário".

Outros autores, como Baba, Moustaquim e Bégin (2016) afirmam que a Responsabilidade Social se difunde no contexto de mutação do sistema capitalista estadunidense. Steiner e Steiner (2011 *apud* BABA; MOUSTAQUIM; BÉGIN, 2016), atribuem a gênese da Responsabilidade Social às ações filantrópicas de John Rockefeller e Andrew Carnegie, os quais distribuíram milhões de dólares para fins sociais. Assim, esta narrativa passou a ser a mais difundida nos artigos científicos no Brasil e alhures, fazendo-se acreditar que a responsabilidade social, enquanto conceito e prática, advém apenas do mundo do mercado, das empresas. Contudo, além dessa narrativa histórica sobre Responsabilidade Social mais difundida pelo campo da Administração de Empresas e similares, há outra que, mesmo não tão divulgada esteja sendo estudada? Quais são essas outras narrativas e esses outros conceitos? A fim de tentar responder a essas duas perguntas, vamos nos apoiar em Martine Bocquet⁴ (2014).

Martine Bocquet (2014), no seu artigo *Les fondements de la responsabilité sociétale des entreprises et de sa communication* possui como tese central que a responsabilidade social é um dos elementos de nossa modernidade que mantém elos até mesmo medievais. Ela afirma que há duas origens bem distintas da Responsabilidade Social: a primeira é de que ela advém dos comerciantes e artesãos medievais na cidade, onde os membros das corporações medievais eram responsáveis por tarefas cívicas que hoje chamaríamos de responsabilidade social. A segunda é um fundamento romano-canônico, onde a responsabilidade social é ancorada no pensamento religioso norte-americano, embora também deva ser considerado nas ideias da socialdemocracia europeia. Assim, cristianismo e direito romano seriam as origens da Responsabilidade Social, conforme Le Goff (2010 *apud* BOCQUET, 2014). No entanto, a autora afirma que houve uma espécie de esquecimento dessas origens da responsabilidade social, principalmente, nas Ciências da

⁴ Doutora em Sciences de l'Information et Communication. Foi agraciada com o 1º Prêmio da Société Française des Sciences de l'Information et de la Communication em 2014. É membro da Association des diplômés du Celsa- Paris IV- Sorbonne. Possui 15 anos de prática profissional em comunicação em empresas e instituições e atua há 12 anos no ensino superior em Comunicação.

Administração- baseada, muitas vezes na lógica econômica da eficiência, da competitividade e bastante centrada na gestão. E, para a autora, as ciências da administração só podem ser entendidas, com esse esquecimento, de maneira a-histórica.

Além da questão histórica apresentada detalhadamente por Bocquet (2014), há a questão das diferentes concepções de responsabilidade que estão ligadas a essas origens que são marginalizadas. Assim, a autora classifica três diferentes concepções de responsabilidade social: 1) **Contratualista**: reformulada pelos escolásticos medievais, evoluiu de um aspecto feudal, baseado no consentimento mútuo e no juramento, para uma forma medieval (não-feudal), excluindo o juramento com conotações pagãs, que se tornará o código civil de 1802. Para a autora, por trás da ideologia contratualista está o retorno aos teares feudais. Esta concepção é conhecida como teoria liberal da responsabilidade social, onde os indivíduos se auto-organizam em acordos voluntários, uma vez que todas as transações envolvem clientes, fornecedores, e todas as partes aceitam suas responsabilidades; 2) **Institucionalista**: inicia com a institucionalização da empresa e com a desinstitucionalização do Estado e da esfera pública, o que contribui para o surgimento de um novo espaço sócio-político. É nessa visão que as empresas vão além de seu papel de produtoras de riqueza material ou imaterial e incorpora o papel de cidadão no lugar do Estado. 3) **Comunitária**: nesta concepção a empresa, vivida em comunidade, refere-se a uma realidade que pensávamos ter acabado, da qual a corporação medieval é a ancestral. No entanto, o comunitarismo corporativo e o contratualismo representam duas culturas opostas. Hoje se fala em comunidade corporativa contemporânea, marcada pelo foco no cliente e no grupo social. Como comunidade, a empresa adquire uma dimensão política.

Diante das discussões realizadas até o presente momento, percebemos que não há consenso ainda sobre o conceito de responsabilidade social, o que é certo é que não é um conceito que se originou somente no mundo do mercado, mas que a Filosofia vem trabalhando com o mesmo há alguns séculos e que há uma espécie de esquecimento desse conceito em outras áreas de conhecimento, tratando-o, muitas vezes, como uma invenção do século XX. Por

fim, podemos perceber que há diversas narrativas históricas acerca do conceito de Responsabilidade Social, mas como se constitui a história da responsabilidade social no campo da Biblioteconomia?

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL NA BIBLIOTECONOMIA

O conceito de responsabilidade social no campo da Biblioteconomia vem sendo fruto de discussão desde a institucionalização do campo nos Estados Unidos, a saber, no final do século XIX e início do século XX. A *American Library Association* vem tendo um papel protagonista no que concerne à responsabilidade social- desde a sua fundação- em 6 de outubro de 1876- uma vez que vem dando estímulo às bibliotecas estaduais, a fim de substituir a ideia de que as bibliotecas são lugares monótonos, para a ideia de bibliotecas como lugares dinâmicos. Esse é um momento de rápido crescimento das bibliotecas nos Estados Unidos. Brigham (1908) afirmou que, desde a fundação da ALA, que essa associação vem realizando conferências a fim de discutir qual o seu papel na sociedade estadunidense. Não é demais lembrar que, nesse período, as bibliotecas estavam atuando no sentido de deixar de ser uma instituição monótona, para ser bem regulamentada, com profissionais qualificados e com as escolas de Biblioteconomia (recém-criadas) conectadas a uma biblioteca estadual que, por sua vez, estariam ligadas às milhares de bibliotecas itinerantes que estavam sendo distribuídas para as pequenas comunidades do país. A partir desse esforço de ampliação no número de instituições pelos Estados Unidos que a ALA passa a envidar esforços no sentido de compreender qual a responsabilidade dos bibliotecários diante da sociedade na qual atuam. Essa sociedade que estava emergindo nos Estados Unidos tinha por estima a educação universal, a liberdade universal de pensamento e, com isso, a apreciação dos livros como um dos ideais mais justos das melhores civilizações.

Na pesquisa bibliográfica que empreendemos, o primeiro artigo que encontramos, e que trata diretamente da responsabilidade social do

bibliotecário- utilizando, inclusive este termo, foi de autoria de Tyler⁵ (1921). A referida autora inicia falando do estabelecimento da democracia estadunidense (a qual fora proclamada em 1776, mas devido aos vários movimentos rebeldes e à Guerra Civil, a democracia nesse país continuava em consolidação). Nesse período, Tyler (1921) afirma que as bibliotecas devem ser para todos e que as bibliotecas e os livros deveriam estar adaptados às necessidades democráticas daquele período, promovendo a discussão pública de livros sobre as grandes questões da vida e dos assuntos públicos. Assim, a responsabilidade social das bibliotecas desse período era adaptar livros e informações às necessidades democráticas modernas, tornando-se uma casa de ideias para a comunidade, sendo a biblioteca um fator essencial na democracia. Alice Tyler foi enfática ao afirmar que os livros não devem apenas ser colocados na prateleira, mas sim devem ser discutidos publicamente. Em seu artigo sobre a educação para Biblioteconomia, Tyler (1924) afirma que o ensino prático de métodos e técnicas de organização é essencial, mas cultura e idealismo são fundamentais na verdadeira concepção de Biblioteconomia.

Por sua vez, Esdaile⁶ (1933) analisa que a conservação continua sendo um dos principais deveres da Biblioteconomia, mas naquele período, ela era a base da construção da democracia. Para ele, uma sociedade democrática, que não se resume apenas a contagem de votos, não pode existir sem acesso livre a bons livros e que o mundo em que o homem vive é da responsabilidade do homem, e o homem, para o bem ou para o mal, é livre e, para ser digno de sua liberdade ele deve fazer um uso justo das bibliotecas. Durante os anos de 1930 e 1940 havia muitos bibliotecários preocupados com questões sociais, mas não eram efetivamente organizados, já outros grupos foram organizados, porém por um breve período de tempo, como foi o caso do Progressive Librarians Council (PLC). Conforme Torres (1986), o objetivo do PLC era criar uma estrutura mais democrática no âmbito da ALA, e preocupava-se com questões relacionadas à censura e à liberdade civil. Esse grupo teve curta existência, pois sofreu uma

⁵ Alice Sarah Tyler (1859-1944), foi uma bibliotecária e advogada estadunidense. Nasceu em Decatur, Illinois e foi presidente da ALA de 1918-1919.

⁶ Arundell James Kennedy Esdaile (1880-1956), foi bibliotecário, presidente da ALA e editor do jornal Library Association Record.

forte oposição da ALA e com a chegada da Segunda Guerra Mundial, o PLC enfraqueceu, tendo impresso seu último *P.L.C. Bulletin* no ano de 1944. Outro grupo que estava organizado eram os Young Turks (jovens turcos), cujos objetivos eram criar uma estrutura interna mais democrática e responsiva na ALA, no entanto, é pouca a literatura relativa a esse grupo, com maiores informações acerca da sua atuação.

Nesse período, os Estados Unidos estavam sob o New Deal, que foi implementado em 1932, aumentando a participação do governo na economia, o que veio a aprofundar a crise de 1929. Além disso, o mundo estava iniciando a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Então, nos anos de 1940, os bibliotecários estadunidenses continuavam preocupados com a consolidação de sua democracia e no âmbito da ALA a liberdade intelectual, a liberdade de pensamento foi se tornando cada vez mais burocratizada com a criação da *Library Bill of Rights*, em 1938, bem como do *Intellectual Freedom Committee*, em 1940, como também do *The Office for Intellectual Freedom* (1967) e com o *Freedom to Read Foundation* (1969). Kennedy et al. (1940), na seção sobre Bibliotecas Escolares do Boletim da ALA, ela afirma que, para se praticar a responsabilidade social há de se pensar nas bibliotecas, pois, já que as escolas têm por responsabilidade educar meninos e meninas nas formas de democracia e para a vida quando eles saem da escola, então as bibliotecas têm um papel nesse contexto que é de ensinar a gestão democrática, suas dificuldades e vantagens e que o serviço público sempre implica responsabilidade por todos. No início da década de 1940, os defensores da biblioteca argumentavam que os americanos rurais estavam privados do acesso à informação e ao conhecimento, e, assim, o *Library Services Act*, de 1956 estabeleceu um financiamento federal para o desenvolvimento de bibliotecas rurais.

Outro grande período da história da Responsabilidade Social em Biblioteconomia foram os anos de 1960. Nesse período, os Estados Unidos estavam envolvidos com os movimentos pelos direitos civis do Sul, ressentidos moralmente pela Guerra do Vietnã. Essa inquietação política também se refletiu na Biblioteconomia, na Conferência da ALA de 1968 em Kansas City. É importante lembrar que até 1968, a ALA era dominada em grande parte pelos

administradores de grandes sistemas de bibliotecas e que tinham voz na formulação de programas e atividades da associação. Devido à rápidas mudanças que estavam ocorrendo na América do Norte, nos anos de 1960, uma coalizão de administradores mais jovens e um grande número de bibliotecários não administrativos foram formados temporariamente, e buscavam ampliar o programa da ALA e diluir sua antiga liderança. Esse grupo de jovens estudantes de Biblioteconomia e recém-formados, exigia mudanças na ALA e a esse grupo se juntaram militantes negros, radicais, membros de grupos de libertação das mulheres e grupos interessados em sindicatos de bibliotecas. A primeira manifestação maciça dos estudantes ocorreu em Berkeley, em 1964, e logo se espalharam pelos Estados Unidos. Uma questão que preocupava bastante a ALA era a discriminação racial e a exclusão de afro-americanos do acesso a bibliotecas, sendo, inclusive um tema de discussão na Conferência Anual da American Library Association, de 1961. O relatório final chocou os membros da ALA na Conferência de Chicago de 1963, onde foi revelado que o problema da discriminação racial em relação ao serviço das bibliotecas era dificilmente exclusivo do Sul dos Estados Unidos.

Samek (1996) afirma que nessa conferência de Kansas City, muitos estudantes de Biblioteconomia e jovens bibliotecários, desconfortáveis com a posição neutra da ALA em questões sociais, pressionaram a associação a demonstrar um sentido de responsabilidade em questões não relacionadas às bibliotecas. Esse grupo foi formado por bibliotecários como Dorothy Bendix (da *Graduate School of Libray Science, do Drexel Institute of Technology*) e Kenneth Duchac (da *Division of Library Extension, do Maryland State Department of Education*), os quais se tornaram organizadores da mesa-redonda. Eles reivindicavam uma mesa-redonda sobre responsabilidades sociais das bibliotecas, o que acabou se tornando a *Social Responsibilities Round Table of Libraries* (SRRT), dentro da estrutura formal da ALA. Curley (1974 *apud* Torres, 1986, p. 408, tradução nossa) afirmou que os objetivos do SRRT eram “fornecer um fórum onde a discussão entre os membros da associação possa ter lugar, examinar os esforços atuais da biblioteca para enfrentar os problemas e propor programas de ação para a associação”. No entanto, mesmo que a maioria dos

membros da ALA quisesse discutir temas relacionados a questões sociais, uma boa parte dos associados discordavam do movimento e expressaram dissidência, argumentando que a biblioteca tinha um papel único e tradicional na sociedade, que era proporcionar educação, recreação e informação. Para esses membros, quando a biblioteca realizava tarefas que não as concernentes aos cuidados com o acervo, elas estariam investigando áreas que não tinham competência para lidar eficazmente, e que as questões sociais são melhores debatidas em outras agências sociais.

Logo, a SRRT atraiu outros grupos sub-representados na ALA, a saber: negros, radicais políticos, grupos feministas, sindicalistas, etc. Em 19 de junho de 1969, 180 jovens bibliotecários se reuniram em Washington, DC, para uma reunião de uma dia chamada *Congress for Change* (CFC), onde embora os diferentes grupos tivessem diferentes agendas políticas, todos compartilhavam como insatisfação a maneira como a ALA era administrada e planejaram um programa para a próxima reunião, no ano de 1969 em Atlantic City.

Na reunião em Atlantic City, os representantes do CFC deixaram claro que não estavam dispostos a separar política de seu trabalho e queriam que a profissão de Biblioteconomia se posicionasse sobre temas como raça, violência, desigualdade, etc. A SRRT adotou ativamente a agenda do *Congress for Change* de uma Biblioteconomia ativista. Neste momento, a área passou a discutir a definição e o escopo da responsabilidade social.

Como a ALA estava discutindo cada vez mais o foco e o escopo da Responsabilidade Social da Biblioteconomia, no final dos anos de 1960, o então presidente da ALA, William S. Dix, informou aos membros em 1969 que seria criado um *Activities Committee on New Directions for the ALA* (ACONDA),- também conhecida como DixMix- com o objetivo de avaliar a estrutura e os objetivos da ALA. Assim, no dia 25 de junho de 1969 a ACONDA foi criada com apoio entusiástico do novo presidente da ALA, William Dix, da Universidade de Princeton. Raber (2007) afirma que, no entanto, a criação da ACONDA em 1969, preocupou David Beninghausen em alguns itens específicos, tais como responsabilidade social, liberdade intelectual, democratização, dentre outros assuntos, que para ele eram não-relacionados à biblioteca, fazendo

Beninghausen chamar a ACONDA de primeira tentativa oficial de descartar o princípio da liberdade intelectual. Para o grupo de Beninghausen, a biblioteca é um reservatório de informações e são conservatórios de informação à espera de usuários que requeiram seu conteúdo, assim, a biblioteca é uma fonte de ideias e não uma promotora delas. Esta definição depois se contrapunha àquela que mais tarde seria elaborada pela ACONDA.

Mesmo com essas divergências, a ACONDA trabalhou rapidamente, e, conforme Raber (2007), na reunião de 26 a 27 de setembro de 1969, foram aprovadas prioridades de ação, como por exemplo, reexaminar a estrutura da ALA e, no Relatório Final da ACONDA a questão da responsabilidade social foi exaustivamente citada. Nesse relatório, a ACONDA falava que a Biblioteconomia não era um fim em si mesma e pediu a criação de um Escritório de Responsabilidade Social da ALA. Esse escritório identifica uma forma tradicional de responsabilidade social: as bibliotecas como fontes neutras de informação e não como promotoras de ideias. O subcomitê rejeita essa definição e oferece uma outra: “responsabilidade social pode ser definida como as relações que bibliotecários e bibliotecas têm com problemas que não são relacionados à biblioteca, mas ao bem-estar social de nossa sociedade”. Por fim, o conceito de responsabilidade social que surgiu na Biblioteconomia no final da década de 1960 foi, na opinião de Beninghausen, uma nova tática da esquerda que ameaçava a neutralidade e os propósitos tradicionais da ALA. No entanto, aqui podemos refletir um pouco sobre: o que significa “problemas não-bibliográficos”?

Raymond (1979, p. 356) afirma que essas mudanças transformaram levemente o caráter da ALA entre 1968 e 1972 passando de um grupo que se preocupava apenas com bibliotecas, para um grupo que deveria se preocupar com outras necessidades de seus membros.

Não podemos nos esquecer que os anos 60 nos Estados Unidos foi o momento de mudanças radicais naquela sociedade e mesmo de otimismo com a vitória de John Kennedy, foi o momento dos negros se rebelarem em relação a se sentar na parte de trás dos ônibus, o impacto de figuras como Martin Luther King, movimento anti-guerra do Vietnã (1959-1975)- a qual ocorria no auge da Guerra Fria, e mesmo os bibliotecários não ficaram de fora.

Assim, nos anos 70, havia uma forte oposição entre os defensores da imparcialidade e neutralidade das questões relacionadas à biblioteca, como a liberdade intelectual, e os defensores da Responsabilidade Social. Um dos opositores da responsabilidade social era David K. Beninghausen que, no ensaio: *Antithesis in Librarianship: social responsibility vs. The Library Bill of Rights*, publicado em 15 de novembro de 1972 no *Library Journal*, argumentou que o compromisso da ALA com a liberdade intelectual exigia imparcialidade e neutralidade em questões não relacionadas à biblioteca e que qualquer tentativa de levar a ALA a um apoio às questões políticas não apenas colocaria em risco o status de isenção da associação, mas prejudicaria a preocupação primordial com a liberdade de acesso à informação. Uma outra opositora foi Betsy Burson, coordenadora de projetos educacionais da Biblioteca Pública de Phoenix, onde numa resposta a Richard Waters, da Biblioteca Pública de Dallas, afirma que uma associação profissional está errada quando começa a assumir posições políticas.

Do outro lado de Beninghausen estava um grupo de bibliotecários sensíveis às questões que estavam explodindo à época e opondo-se à neutralidade da ALA. Esse grupo de bibliotecários criticou a profissão por construir coleções que privilegiavam o *mainstream* e buscou uma associação mais aberta e que não se opusesse à liberdade intelectual, ele somente não acreditava na neutralidade exigida pelos defensores da liberdade intelectual. Esse grupo tanto não se opunha que foi a temática da liberdade intelectual que abriu caminho para o movimento da responsabilidade social nos anos 60. Por fim, houve um amplo debate entre Beninghausen e o SRRT, sendo que aquele conseguiu, com sucesso, afastar os bibliotecários do tópico da responsabilidade social. Assim, pode-se afirmar que foi durante os anos 70 que a Biblioteconomia Pública começou a se afastar do debate acerca da temática da responsabilidade social e este se tornou mais forte no grupo de Law Librarians⁷.

⁷ Para mais detalhes acerca do movimento de Responsabilidade Social no seio dos bibliotecários jurídicos, ver discussão realizada em Moraes (2019), páginas 7-8. Importante acrescentar a esta publicação citada que o debate da Law Library não teve uma cobertura de imprensa da biblioteca tão extensa quanto o movimento da responsabilidade social no âmbito da Biblioteca Pública e, para ter acesso a esse debate, existem apenas duas fontes: o *Law Library Journal* e

Outra autora desse período foi Boaz⁸ (1971), que analisa os anos de 1969 a 1971 na ALA. Nesse período, os membros da associação se perguntavam sobre os objetivos da mesma, ou seja, se era para fins políticos, para resolver problemas sociais, ou mesmo para decidir sobre costumes sexuais. Para a autora, caso se decidissem por discutir e buscar soluções para esses problemas, então o nome da ALA deveria ser alterado para *American Association for Social Responsibilities* ou para *Association for Politics, Sex, and Social Responsibilities*. Para Boaz (1971), nas reuniões das associações médicas se espera que médicos e cirurgiões discutam questões médicas, o mesmo se espera para as associações bibliotecárias. Na visão da autora, essas reuniões vinham sendo monopolizadas por grupos minoritários para debater assuntos de natureza não-bibliotecária, como a Guerra do Vietnã, por exemplo, ou mesmo os problemas das minorias e costumes sexuais e que ao invés de debater essas questões, Boaz (1971) afirma que os bibliotecários deveriam estar planejando e trabalhando para obter maior apoio financeiro, político e cidadão e que os interesses pessoais, sociais, políticos e sexuais deveriam ser perseguidos pessoalmente, pois a primeira responsabilidade do bibliotecário é o negócio da biblioteca.

Na contemporaneidade biblioteconômica, percebemos uma retomada das discussões acerca da responsabilidade social do bibliotecário e uma maior consolidação do que realmente significa essa responsabilidade social. No âmbito da ALA, a mesa-redonda de responsabilidade social continua trabalhando para que essa associação seja uma instituição cada vez mais democrática e estabeleça prioridades progressistas, não apenas para a Associação, mas para a profissão como um todo. A SRRT possui as seguintes forças-tarefas:

- 1) **Feminist Task Force (FTF)**: Força-tarefa feminista: a qual fornece perspectivas feministas e inicia ações sobre questões relacionadas a bibliotecas, Biblioteconomia e Serviços de Informação; 2) **Hunger**,

o *AALL Newsletter*, mas sabendo-se que parte do debate e das discussões informais que ocorreram não foram relatadas.

⁸ Martha Boaz (1911-1995) era bacharela em Library Science, em 1937, pelo George Peabody College. Mestre e Doutora em Library Science pela James Madison University. Reitora da School of Library Science da University of Southern California.

Homelessness, and Poverty Task Force (HHPTF): Força-tarefa sobre fome, pessoas em situação de rua e pobreza. Busca promover maior conscientização sobre as dimensões, causas e maneiras de acabar com a fome, a falta de moradia e a pobreza; 3) **International Responsibilities Task Force (IRTF):** Força-tarefa de Responsabilidades Internacionais. Defende posições socialmente responsáveis em questões de interesse internacional de bibliotecas; 4) **Martin Luther King Jr. Holiday Task Force (MLKTF):** Força-tarefa de férias Martin Luther King Jr. Apoia e avança a observância do feriado de Martin Luther King Jr. Como uma celebração americana.

Por fim, é importante afirmar que os bibliotecários vêm, mais enfaticamente desde os anos 60, contribuindo com uma atuação mais socialmente responsável. Nos Estados Unidos também há a associação denominada *Progressive Librarians Guild*, que começou em 1990 e continua a publicar artigos para inspirar bibliotecários a serem socialmente responsáveis. No Canadá existem blogs como *librarianactivist.org* e o *librarian.net*, de Jassamyn West que cobrem a Biblioteconomia a partir de uma perspectiva de esquerda. Portanto, o horizonte de atuação dos bibliotecários no que concerne à sua atuação de forma responsável com a sociedade pauta-se, sobretudo, na *Information Literacy*, bem como à atuação com grupos socialmente vulneráveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: RESPONSABILIDADE SOCIAL E O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA

As discussões realizadas até o presente momento nos fazem inferir algumas considerações acerca das contribuições do histórico das discussões da responsabilidade social para o ensino de Biblioteconomia. Ao nos deparar com as principais narrativas históricas acerca da responsabilidade social, tanto no Brasil, quanto alhures, sempre se chega a uma mesma história, como discutimos nos capítulos anteriores. A discussão sobre a responsabilidade enquanto conceito advindo da Filosofia pouco ou nada é discutido no âmbito dos artigos do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Talvez por isso, o conceito de responsabilidade quando discutido em artigos científicos e nos

currículos dos cursos soem como algo nascido do e para o mercado de trabalho, da modernidade à contemporaneidade. No entanto, o uso do termo *responsabilidade* a partir de uma História única faz com que os currículos deixem de perceber e se utilizar das potencialidades desse conceito para elaborar currículos de Biblioteconomia transformadores da realidade dos educandos, dos educadores e da comunidade na qual esse curso está inserido.

A responsabilidade é sempre uma atitude voltada para a alteridade, pois como seres sociais, os outros membros da sociedade reivindicam o agir uns dos outros. É o que acontece quando os profissionais estão inseridos em alguma instituição criada pela sociedade, a exemplo das bibliotecas. Assim, todos os profissionais que se encontram nessa instituição possuem responsabilidade com a comunidade para a qual trabalha. Mas qual é essa responsabilidade?

Conforme os autores acerca de responsabilidade social em Biblioteconomia que mobilizamos no referencial teórico analisaram, essa responsabilidade não se trata apenas de uma ação, mas de ações diversas, a saber: tornar a biblioteca um lugar dinâmico, a partir de princípios como o da educação universal, a liberdade de pensamento e adaptar as bibliotecas às necessidades da democracia. De que maneira? Em primeiro lugar, através das práticas do que se conhece como *Information Literacy*, uma vez que somente com cidadãos competentes criticamente em informação, se poderá promover uma sociedade democrática. Esses programas de letramento informacional, tanto nas escolas, nas universidades, nas bibliotecas públicas, poderiam ser voltados não apenas para a utilização dos computadores e das redes, mas sobretudo, para ensinar os cidadãos, os alunos, os usuários a usar e refletir criticamente sobre as informações que acessam. Para que se possa alcançar essa atuação dos bibliotecários no ensino crítico da informação, é importante refletir sobre os currículos dos cursos de Biblioteconomia.

Assim, a responsabilidade social em Biblioteconomia se trata de um conjunto de conhecimentos e ações no âmbito do ensino e da prática bibliotecária que possibilitem a que as sociedades se democratizem cada vez mais. Dentre esses conhecimentos está a competência crítica em informação, a qual deve ser ensinada nos cursos de Biblioteconomia como teoria e prática (no

ensino, na pesquisa e na extensão), embasada em princípios dos valores democráticos, que possibilitem a discussão e uma atuação dos bibliotecários a partir das questões que estão como pauta do dia da sociedade na qual esse profissional está inserido, tais como: gênero, raça, violência, desigualdade, liberdades, políticas públicas, etc. Só um currículo que tenha a responsabilidade social como valor poderá formar bibliotecários socialmente responsáveis.

Os currículos de Biblioteconomia que busquem formar bibliotecários socialmente responsáveis poderiam se apoiar em disciplinas que mobilizassem conteúdos que possibilitassem uma reflexão crítica sobre o que significa responsabilidade social, sua história, as práticas desse campo de conhecimento. Pode ser que estudando e discutindo esses assuntos em sala de aula e na sociedade civil, como em projetos de extensão universitária e na práxis da *Information Literacy* que os currículos de Biblioteconomia tenham um caminho de como tornar os currículos de Biblioteconomia sensíveis às questões de uma responsabilidade social como práxis emancipatória. Mas não apenas numa única disciplina, mas na construção de um Projeto Político-Pedagógico que tenha a responsabilidade social como conceito transversal importante em algumas disciplinas do denominado “núcleo duro” da Biblioteconomia.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ASHLEY, P. A. (coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Troféu Cultura Econômica). 300p.

BABA, S.; MOUSTAQUIM, R.; BÉGIN, É. Responsabilité sociale des entreprises: un regard historique à travers les classiques en management stratégique. **Vertigo**: la revue électronique en sciences de l'environnement, Montréal, v. 16, n. 2, sept. 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/vertigo/17715>. Acesso em: 26 dez. 2018.

BARRETTO, V. de P. Perspectivas éticas da responsabilidade jurídica. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 257-278, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/11779>. Acesso em: 05 dez. 2019.

BAUMAN, Z. **A riqueza de poucos beneficia a todos nós?** Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BINGEMER, M. C. L. Apresentação. *In*: JONAS, H. **O princípio da responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 17-19.

BOAZ, M. The first responsibility. **American Libraries**, Chicago, v. 2, n. 10, p. 1035, nov., 1971. Disponível em: <http://jstor.org/stable/25618494>. Acesso em: 13 mar. 2020.

BOCQUET, M. Les fondements de la responsabilité sociétale des entreprises et sa communication. **Communication & Organisation**, Bordeaux, n. 46, p. 145-162, 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-communication-et-organisation-2014-2-page-145.htm>. Acesso em: 27 dez. 2018.

BOWEN, H. R. **Social responsibilities of the businessman**. New York: Harper & Row, 1953.

BRIGHAM, Johnson et al. National Association of State Libraries. **Bulletin of the American Library Association**, Chicago, v. 2, n. 5, p. 260-304, 1908.

CASTELLS, M. **Fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 3).

CURLEY, A. Social responsibilities and libraries. *In*: VOIGHT, M. J. (Ed.). **Advances in Librarianship**. New York: Academic Press, 1974. v. 4, p. 77-90.

ESDAILE, A. J. K. The social responsibility of the modern library. **Bulletin of the American Library Association**, Chicago, v. 27, n. 13, p. 572-576, dec. 1933. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25688031>. Acesso em: 22 jan. 2020.

JONAS, H. **O princípio da responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, J. La doctrine de la RSE est-elle socialement responsable? **ESKA: Revue internationale de psychosociologie et de gestion des comportements organisationnels**, Nancy, v. XVI, n. 38, p. 275-291, 2010. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-internationale-de-psychosociologie-2010-38-page-275.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RABER, D. ACONDA and ANACONDA: social change, social responsibility and librarianship. **Library Trends**, Maryland, v. 55, n. 3, p. 675-697, winter, 2007. Disponível em: muse.jhu.edu/article/213112. Acesso em: 10 jan. 2020.

RAYMOND, B. Aconda and anaconda revisited: a retrospective glance at the sounds of fury of the sixties. **Journal of Library History**, Texas, v. 14, n. 3, p. 349-362, 1979. Disponível em: www.jstor.org/stable/25540988. **Acesso em: 22 jan. 2020.**

SAMEK, T. **The Library Bill of Rights in the 1960s**: one profession, one ethic. **Library Trends**, Maryland, v. 45, n. 1, p. 50-60, Summer, 1996.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social: A exclusão digital em debate.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

TENÓRIO, F. G. (org.). **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TORRES, A. T. The social responsibility movement among Law Librarians: the debate revisited. **Law Library Journal**, Chicago, v. 78, n. 405, p. 405-424, 1986. Disponível em: <https://ttu-ir.tdl.org/bitstream/handle/10601/2041/The%20Social%20Responsibility%20Movement.pdf?sequence=3>. Acesso em: 12 jan. 2020.

TYLER, A. S. President's address: some aspects of library progress. **Bulletin of the American Library Association**, Chicago, v. 15, n. 4, p. 95-100, july, 1921. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25685914>. Acesso em: 20 jan. 2020.

TYLER, A. S. Education for librarianship: as it is anss as might be. **Bulletin of the American Library Association**, Chicago, n. 18, p. 161-166, august, 1924. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25686294>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SOCIAL RESPONSIBILITY IN LIBRARIANSHIP: HISTORICAL WAY AND POSSIBILITIES IN TEACHING

ABSTRACT

Introduction: The article proposes to carry out a bibliographic survey on the various views of social responsibility attributed to the librarian during the 20th century, when the concept started to be discussed within the scope of the American Library Association. It is understood that this discussion contributes to the development of librarianship curricula based on social responsibility. **Objective:** to reflect on the contributions of the discussions of social responsibility in the scope of the American Library Association for the teaching of Librarianship. **Methodology:** This is a review article, based on exploratory-bibliographic research, having as source the bibliographic references found in several databases. **Results:** Describes the different understandings about social responsibility and presents the contours that this concept was taking in the scope of Librarianship from the beginning of the 20th century to the present day. **Conclusions:** The concept of social responsibility has the potential to develop librarianship curricula that transform the reality of students, educators and the community in which this course is inserted.

Descriptors: Librarianship. Social responsibility. Teaching of Librarianship.

RESPONSABILIDAD SOCIAL EN BIBLIOTECOLOGÍA: CAMINOS HISTÓRICOS Y POSIBILIDADES EM LA ENSEÑANZA

RESUMEN

Introducción: El artículo propone realizar una investigación bibliográfica sobre los diferentes puntos de vista de la responsabilidad social atribuidos al bibliotecólogo durante el siglo XX, cuando el concepto empezó a ser discutido dentro del alcance de la American Library Association. Comprende que esta discusión contribuye al desarrollo de programas de bibliotecología con responsabilidad social como uno de sus pilares.

Objetivo: reflexionar sobre las contribuciones de las discusiones sobre responsabilidad social en el ámbito de la American Library Association para la enseñanza de la Biblioteconomía.

Metodología: Este es un artículo de revisión, basado en investigación exploratoria bibliográfica, que tiene como fuente las referencias bibliográficas encontradas en varias bases de datos.

Resultados: Describe las diferentes interpretaciones sobre la responsabilidad social y presenta los contornos que este concepto estaba tomando en el ámbito de la Bibliotecología desde principios del siglo XX hasta nuestros días.

Conclusiones: El concepto de responsabilidad social tiene el potencial de desarrollar currículos de bibliotecología que transformen la realidad de los estudiantes, educadores y la comunidad en la que se inserta este curso.

Descriptores: Bibliotecología. Responsabilidad Social. Enseñanza de la Bibliotecología.

Recebido em: 22.04.2020

Aceito em: 08.02.2021